

Brasil **Econômico**

Destaque

04 de março de 2012

**Arsenal do governo inclui uso do fundo soberano****Dinheiro para comprar mais dólares e até cortes mais acentuados da Selic no radar**

Ao que tudo indica, o governo está pronto para usar todas as armas disponíveis para limitar a valorização do real ante o dólar. Depois de leilões à vista e a termo, um swap cambial reverso e agora ajuste na incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre captações no exterior, o próximo passo pode ser o uso do Fundo Soberano Brasileiro para comprar dólares. "Se necessário for, o Fundo Soberano pode entrar, mas o BC tem sido suficiente", afirmou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Outra possibilidade é a autoridade monetária acelerar cortes na taxa básica de juros. Para Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC, caso o dólar atinja R\$ 1,65, a Selic pode chegar a um dígito mais rápido do que o mercado espera. "Não acho que vamos ter essa mudança na próxima reunião do Copom. Mas o BC pode sinalizar que o quadro mudou e que a tendência é inevitável."

Segundo Freitas, o real está, na verdade, se recuperando da queda sofrida no ano passado, quando perdeu 11,17% ante a moeda americana. Em 2012, já acumula alta de 9,36% e aparece na quarta posição de divisas que mais se

valorizaram no período — até os primeiros rumores de intervenção no câmbio, em 28 de fevereiro, a moeda brasileira figurava na primeira colocação do ranking.

Sobre a possibilidade de taxar o investimento estrangeiro direto (IED) — descartado ontem por Mantega — os operadores José Carlos Amado, da corretora Renascença, e Marcos Trabbold, da B&T Corretora, acham uma medida arriscada. Segundo eles, é muito difícil "peneirar" o que é investimento produtivo e financeiro. "Parte do investimento entra disfarçado como se fosse para empresa e se colocar uma taxa na entrada pode prejudicar muitas companhias", analisa Trabbold. "O mais fácil é mesmo taxar as captações", completa Amado.

Outra possibilidade é aumentar as reservas cambiais, hoje em torno de US\$ 380 bilhões. "Minha projeção é que até o fim de 2012 o colchão chegue a US\$ 500 bilhões. Isso significará um custo fiscal imenso de cerca de US\$ 50 bilhões", aponta José Oreiro, professor de economia da UNB. Há ainda a chance de tributar os estrangeiros com imposto de renda na fonte. "Mas só entraria em vigor em janeiro de 2013, por isso é mais fácil mexer no IOF, que tem vigência imediata", diz Rubens Velloza, sócio do Velloza & Girotto Advogados. ■ N.F.